

PUTIN REINVENTA A “GRANDE RÚSSIA”

“A maior catástrofe geopolítica do século XX” – foi assim que, em 2005, o presidente russo Vladimir Putin classificou o desmoronamento da União Soviética (em 1991). Putin não é comunista, longe disso: governa em aliança com a Igreja Ortodoxa, como os antigos czares. Seu diagnóstico situa-se na moldura lógica da geopolítica. O chefe do Kremlin, que já controla as rédeas do poder há 18 anos, nutre o sonho de restaurar a “Grande Rússia”.

Putin ascendeu ao poder em meio ao caos e enraizou-se no Kremlin com o auxílio do ciclo mundial de elevação dos preços do petróleo e do gás. A “Grande Rússia”, que ele almeja restaurar, teve sua primeira versão no império fundado por Ivan, o Terrível, e ampliado por Pedro I e Catarina II.

Mas a Rússia é muito menos poderosa do que parece. Putin opera como um mestre da prestidigitação, para gerar a ilusão de renascimento do poder russo. Até agora teve extraordinário sucesso. Mas mesmo as mais sólidas ilusões dissolvem-se com o tempo.

Veja as matérias às págs. 6 a 9



Em 2015, desfile militar na Praça Vermelha (Moscou) comemora os 70 anos do fim da Segunda Guerra; o exército apresentou uma nova geração de mísseis balísticos intercontinentais

© The Presidential Press and Information Office/Fotos Públicas

e mais...

- **Editorial** – Liu Xiaobo, o mais destacado dissidente chinês, morreu num leito de hospital cercado por guardas carcerários. Pág. 3
- Há 70 anos, a ONU aprovou a partilha da Palestina. Há 50 anos, na Guerra dos Seis Dias, configurou-se o “Grande Israel”. Págs. 4 e 5
- Jane Jacobs, uma ativista sem diploma universitário, mudou as concepções de planejamento urbano em Nova York. Décadas depois, ela tem algo a dizer às metrópoles brasileiras. Pág. 12

HÁ ALGO DE NOVO NO MUNDO

APROVEITAMOS O LANÇAMENTO DE NOSSA 150ª EDIÇÃO PARA ANUNCIAR UMA GRANDE NOVIDADE: O NOSSO SITE (WWW.CLUBEMUNDO.COM.BR) PASSA A DISPONIBILIZAR, GRATUITAMENTE, UMA MAPOTECA QUE DESCREVE AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. CONSTRUÍDO AO LONGO DE 25 ANOS, O ACERVO É INTEGRADO POR MAPAS DIVIDIDOS EM DEZ GRANDES TEMAS RELACIONADOS ÀS VÁRIAS REGIÕES DO MUNDO E DO BRASIL. PERIODICAMENTE, NOVOS MAPAS SERÃO INCORPORADOS À COLEÇÃO.

CONFIRA, EXPLORE, DESFRUTE.

A ERA DOS ROBÔS



© Valter Campanolo/Agência Brasil



MANAUS E A ZONA FRANCA, 50 ANOS DEPOIS

Manaus, a cidade mais populosa da Região Norte, tem sua história recente ligada à criação, em 1967, da Zona Franca de Manaus (ZFM), que se constituiu no elemento propulsor da economia da região da Amazônia Ocidental. Neste meio século, a ZFM viveu períodos de intenso crescimento, mas enfrenta os desafios decorrentes das incongruências do modelo de negócio adotado, que são agravados pela profunda recessão econômica dos últimos anos.

A história de Manaus pode ser dividida em cinco períodos. O primeiro, de lenta expansão, estende-se do final do século XVII até o final do século XIX. Fundada em 1669, com a construção da fortaleza de São José do Rio Negro, a cidade só ganhou seu nome atual em 1856. O segundo período compreende a época áurea do ciclo da borracha, entre o final do século XIX e o início do século XX. O desenvolvimento acelerado da cidade, nessa época, decorreu de sua localização junto à convergência de rios que cortavam amplas áreas da porção ocidental da Amazônia.

O terceiro período, entre a década de 1920 e o final dos anos 1960, corresponde a uma longa fase de estagnação, como resultado do fim do ciclo da borracha. Um quarto período iniciou-se com a criação da ZFM e da implantação do Polo Industrial de Manaus (PIM), prolongando-se até o início dos anos 1990.

A ZFM foi criada pelo governo federal para se constituir num polo industrial que promovesse o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental. O objetivo era atrair fábricas para uma região pouco povoada e promover a integração territorial daquela porção do país. A estratégia geopolítica foi posta em prática durante o regime militar (1964-85) e destinava-se a promover a ocupação do território amazônico para garantir a soberania nacional. O lema que sintetizava esse projeto era “integrar para não entregar”.

Na Amazônia brasileira destacam-se duas metrópoles: Belém e Manaus. Em 1960, Belém possuía mais que o dobro da população de Manaus. O censo de 2000 revelou que, pela primeira vez, a população de Manaus superava a de sua “rival” paraense. Estimativas de 2016 indicam que Manaus possui, atualmente, cerca de 650 mil habitantes a mais que Belém [veja o gráfico]. A

rápida e desordenada expansão demográfica de Manaus é fruto direto da implantação da ZFM. A capital amazonense, típico caso de macrocefalia urbana, concentra 53% da população estadual.

Por definição legal, a ZFM nasceu como “área de livre-comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento”. Apesar de ser composta por três polos econômicos – o industrial, o comercial e o agropecuário – a base do modelo foi o setor manufatureiro. Os incentivos fiscais durariam, de acordo com a previsão original, 30 anos. Contudo, o regime foi prorrogado para 2013; depois, para 2023, e, em 2014, para 2073.

As indústrias que inicialmente lá se estabeleceram apenas montavam os produtos finais, utilizando componentes vindos do exterior, que gozavam de total isenção alfandegária. Numa etapa posterior, haveria a substituição dos componentes e peças importadas por produtos similares fabricados no local. A atividade atraiu não só trabalhadores do estado do Amazonas, mas também aqueles vindos de outras partes do país. Paralelamente, incentivou os fluxos turísticos para Manaus, impulsionados pelo comércio de produtos cuja importação estava proibida no restante do país. Isso esti-

mulou a instalação, na cidade, de empresas baseadas no Centro-Sul do país.

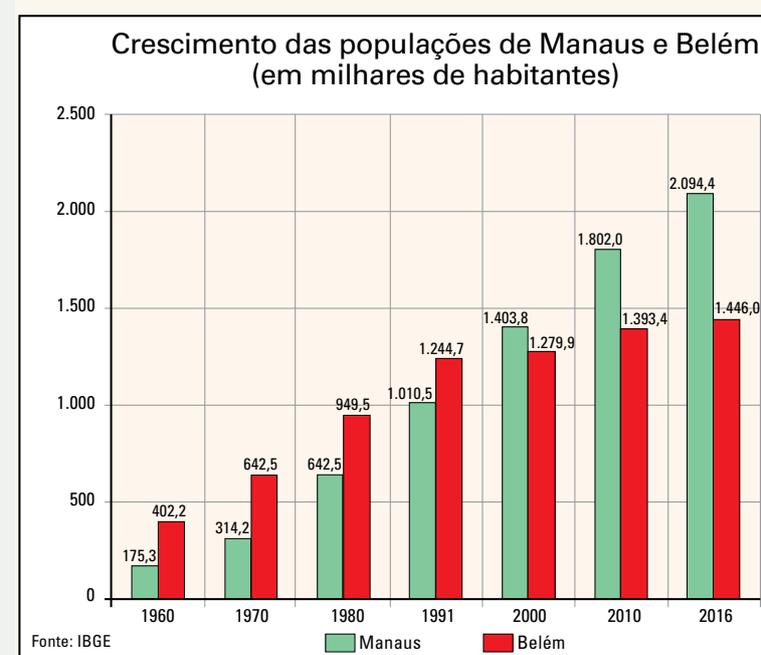
Os principais ramos industriais implantados foram o eletroeletrônico (televisores, videocassetes, aparelhos de som, geladeiras), o de transportes (motocicletas e bicicletas), o de bens de informática e o de aparelhos de precisão, relógios e brinquedos. Até recentemente contavam-se pouco mais de 500 empresas na ZFM, que geravam quase 130 mil empregos diretos e cerca de 500 mil indiretos. Em 2016, refletindo a combinação da crise econômica e com as contradições do modelo, o número de empregos diretos caiu para 86 mil.

Um quinto período na evolução de Manaus estende-se desde o início dos anos 1990. Seu marco são as novas políticas federais de abertura econômica e redução geral de tarifas alfandegárias, que reduziram as vantagens comparativas da ZFM. O comércio da ZFM perdeu relevância com a ruptura do monopólio de importações. O desaparecimento dessa vantagem fez com que as indústrias ali instaladas fossem obrigadas a traçar novas estratégias de produção e negócios.

Simultaneamente, acirrou-se o debate sobre a política de incentivos fiscais. Os críticos do regime de incentivos apontam os elevados custos impostos ao poder público, incompatíveis com os

benefícios econômicos obtidos. Na outra ponta, os defensores da continuidade dos incentivos usam como argumento a conservação da floresta, já que o polo industrial da cidade concentrou a atividade econômica e a população numa área minúscula, apenas 0,5% do estado. Assim, as indústrias teriam um potencial “desmatador” menor que as demais atividades na região.

Mesmo os defensores do modelo concordam que não há futuro sem mudança. Se a ZFM não se adaptar, desaparecerá mesmo com a manutenção dos incentivos. O primeiro desafio é melhorar a logística da região: a transferência de uma carga entre a China e o Porto de Santos, em São Paulo, custa menos que a transferência da mesma carga entre Manaus e o porto paulista. Outros desafios são a diversificação da produção (óculos de realidade virtual, placas solares, concentrados de guaraná, por exemplo) e a implantação de medidas de exploração sustentável da floresta, sobretudo com investimentos em biotecnologia, remédios e cosméticos. O objetivo seria reduzir ou eliminar a dependência dos incentivos fiscais.



EXPEDIENTE

PANGEA – Edição e Comercialização de Material Didático LTDA.

Redação: Demétrio Magnoli, José Arbex Jr.,
Nelson Bacic Olic (Cartografia)

Jornalista responsável: José Arbex Jr. (MTb 14.779)

Revisão: Jaqueline Ogliari

Pesquisa iconográfica: Thaisi Lima

Projeto e editoração eletrônica: Wladimir Senise

Endereço: Rua General Brasília Taborda, 218, São Paulo – SP.
CEP 05591-100 Tel/fax: (011) 3726.4069 / 2506.4332

E-mail: pangea@uol.com.br – www.facebook.com/JornalMundo

Assinaturas: Por razões técnicas, não oferecemos assinaturas individuais. Exemplares avulsos podem ser obtidos no seguinte endereço, em São Paulo:

• Banca de jornais Paulista 900, à Av. Paulista, 900, São Paulo
Fone: (011) 3283.0340 – E-mail: bancagazeta@gmail.com

www.clubemundo.com.br

Infelizmente não foi possível localizar os autores de todas as imagens utilizadas nesta edição. Teremos prazer em creditar os fotógrafos, caso se manifestem.

A MORTE E A MORTE DE LIU XIAOBO

LIU XIAOBO MORREU EM 13 DE JULHO, NO LEITO DE UM HOSPITAL NO NORDESTE DA CHINA, DE CÂNCER DE FÍGADO. O GOVERNO RECUSARA PERMISSÃO PARA QUE ELE BUSCASSE TRATAMENTO MÉDICO NO EXTERIOR. A ENFERMARIA ESTAVA CERCADA DE GUARDAS CARCERÁRIOS. SOB ORDENS GOVERNAMENTAIS, SEUS FAMILIARES FORAM IMPEDIDOS DE EMITIR DECLARAÇÕES PÚBLICAS. OS CENSORES DE INTERNET PROGRAMARAM OS SISTEMAS PARA SUPRIMIR QUALQUER REFERÊNCIA A SEU NOME. LIU CUMPRIA O OITAVO ANO, DE UMA SENTENÇA DE 11, PELO CRIME DE ESCREVER UMA PETIÇÃO EXIGINDO DEMOCRACIA. A MORTE DO DISSIDENTE ADQUIRIU O ESTATUTO DE QUESTÃO DE SEGURANÇA NACIONAL.

CRÍTICO LITERÁRIO, ESCRITOR E POETA, LIU NASCEU EM 1955, NUMA FAMÍLIA DE INTELLECTUAIS E PROFESSO-

RES. NA FACULDADE, EM 1977, FUNDOU O GRUPO DE POESIA “OS CORAÇÕES INOCENTES”. DEZ ANOS DEPOIS, NO SEU PRIMEIRO LIVRO, CRITICOU O CONFORMISMO CONFUCIANO E A “MENTALIDADE DE ESCRAVOS” DOS INTELLECTUAIS CHINESES QUE SE CURVAVAM ÀS AUTORIDADES POLÍTICAS. EM ABRIL DE 1989, QUANDO COMEÇARAM OS PROTESTOS DE MASSA PELA DEMOCRACIA NA PRAÇA DA PAZ CELESTIAL, LIU RETORNOU ÀS PESSOAS DE UMA VIAGEM AOS ESTADOS UNIDOS PARA SE JUNTAR AO MOVIMENTO. DEPOIS, DIANTE DA CERTEZA DE UMA SANGRENTA REPRESSÃO, CONVENCEU CENTENAS DE ESTUDANTES A ABANDONAR A PRAÇA, A FIM DE SALVAR SUAS VIDAS.

LIU FOI PRESO VÁRIAS VEZES, E SUAS OBRAS FORAM BANIDAS NA CHINA. NUNCA PAROU DE ESCREVER PETIÇÕES. DEVE-SE A ELE E A ALGUNS OUTROS A REDAÇÃO DA CARTA 08, UM MANIFESTO DIVULGADO EM 2008, NO 60º ANI-

VERSÁRIO DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, PELAS LIBERDADES POLÍTICAS E CIVIS. ELE FOI O MAIS DESTACADO DISSIDENTE CHINÊS, UM NOME DE ESTATURA COMPARÁVEL A NELSON MANDELA OU ANDREI SAKHAROV. MAS, DEVIDO À COVARDIA DOS GOVERNOS OCIDENTAIS, É QUASE UM DESCONHECIDO DO GRANDE PÚBLICO NO MUNDO.

OS PAÍSES DEMOCRÁTICOS TÊM O HÁBITO DE EVITAR O TEMA DOS DIREITOS HUMANOS QUANDO SE TRATA DA CHINA. NO CASO CHINÊS, OS INTERESSES DE NEGÓCIOS, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO FALAM MAIS ALTO. RELEGAR LIU AO ESQUECIMENTO É TUDO O QUE DESEJA O GOVERNO CHINÊS. LEMBRÁ-LO É NÃO APENAS HONRAR SUA MEMÓRIA, MAS SER FIEL A PRINCÍPIOS UNIVERSAIS QUE DEVERIAM SER INEGOCIÁVEIS.

URUGUAI, PEQUENO GRANDE PAÍS

Newton Carlos

Da Equipe de Colaboradores

Na passagem do século, durante visita real, o *The Times*, de Londres, disse para seus leitores que a lei uruguaia autoriza o marido traído a cortar o nariz da mulher infiel e a castrar o amante. Ainda vivo na época, o uruguaio Eduardo Galeano, consagrado autor de *Veias abertas da América Latina*, relato da pilhagem colonial, decidiu dar o troco. A começar atribuindo esses maus costumes às tropas coloniais britânicas, e não aos uruguaios, depois citando outro jornal de dimensão igual, o *The New York Times*. “Agradecemos a gentileza”, disse Galeano, “mas a verdade é que tão baixo ainda não caímos. Este país bárbaro, que aboliu os castigos corporais nas escolas 120 anos antes da Grã-Bretanha, não é o que parece quando visto de cima e de longe.”

O que mais chamou atenção do jornal americano foi a força de uma coligação de esquerda, a Frente Ampla, desfeita nos anos 1970 pela ditadura militar e recomposta com a redemocratização. Formada por 11 partidos, inclui ex-guerrilheiros, ex-presidentes e agora de novo um presidente. Em 2001, a Frente passou ao segundo turno derrotando um dos dois partidos que haviam dominado a vida política do Uruguai desde o século XIX, o Nacional ou Blanco. Em 2005, foi a vez da queda do Partido Colorado. Blancos e Colorados, embora derrotados, tinham, pelo menos, a condição de berço dos chamados patriarcas, engenheiros da pedra fundamental de um Uruguai beirando o *status* de Estado de bem-estar social.



© Pablo Porciuncula/AFP

No Uruguai, a legalização da produção e comércio da maconha, a partir de julho, soma-se a uma série de leis que contemplam a diversidade e os direitos das minorias

A jornada de trabalho de oito horas foi adotada por lei no Uruguai um ano antes dos Estados Unidos e quatro anos antes da França. O divórcio tornou-se legal no Uruguai 70 anos antes da Espanha (país-madre) e o voto feminino, 14 anos antes do que a França. Tinha que ser o Uruguai. Não se trata de casualidade, portanto, que seja o primeiro país no mundo onde o Estado se encarregará de controlar o cultivo, o empacotamento e a venda legal de maconha em farmácias. Burocracia regulatória terminará cada etapa, desde a composição genética das plantas até a porcentagem de componentes psicoativos de suas flores.

É uma iniciativa que todas as nações vizinhas profitem e combatem. O país,

que já é uma potência turística, quer que os visitantes sejam atraídos pelas praias, e não pela droga. A legislação é clara: só os uruguaios podem cultivar em suas casas e adquirir maconha. Essa experiência-piloto é única no mundo.

A separação entre Igreja e Estado ocorreu há mais de cem anos. O Uruguai foi pioneiro na América Latina em abolir a escravidão, em aprovar o ensino laico, o divórcio, o casamento gay e em legalizar a prostituição. Durante a ditadura militar não houve no Uruguai um só intelectual importante, um cientista relevante, um artista representativo, nem um só disposto a aplaudir os mandões. E nos tempos que correm, já na democracia, foi o único

país do mundo que derrotou as privatizações: em plebiscito, realizado em 1992, 72% do uruguaios decidiram que os serviços públicos continuarão sendo públicos.

O Uruguai é reconhecido como um dos países que mais respeitam os direitos dos trabalhadores. Mas não há nada parecido com a CLT brasileira: inexistem requisitos formais para estabelecer relações de emprego. O contrato de trabalho tem que ser claro sobre os direitos e obrigações de cada parte. Normalmente, estabelece-se um

período de experiência de até três meses para verificar se o empregado é adequado ao tipo de trabalho. É obrigatório o registro do empregado para questões de seguro social.

As empresas estão sujeitas a inspeções do Ministério do Trabalho. O Banco de Seguro do Estado cobre qualquer caso de doenças ou de incidente no trabalho. Os pagamentos são feitos por meio de instrumento financeiro como cheque ou transferência bancária, exceto para menores exceções. Pagamentos em espécie não são mais permitidos. O Ministério do Trabalho fixa o salário mínimo nacional. Os salários mínimos profissionais são estabelecidos por meio de acordos coletivos por categoria, negociados nos Conselhos de Salários, integrados por empregadores, empregados e representantes do governo.

A CONSTRUÇÃO DO “GRANDE ISRAEL”, DE 1897 A 1967

Do programa sionista original à Guerra dos Seis Dias, documentos históricos lançam luz sobre a concepção, fundação e expansão do Estado judeu

DOCUMENTO 1

Programa do Primeiro Congresso Sionista, Basileia (Suíça), agosto de 1897

O sionismo propõe-se a construir um lar para o povo judeu assegurado legalmente e reconhecido publicamente na Palestina. Para alcançar seu propósito, o congresso propõe os seguintes métodos:

1. O estímulo programado para o assentamento na Palestina mediante o esforço de judeus agricultores, trabalhadores e que se ocupem de outros trabalhos;
2. A unificação e organização de todos os judeus em grupos locais e regionais de acordo com as leis de seus respectivos países;
3. O fortalecimento da autoconsciência e da consciência nacional judaica;
4. Os preparativos para obter o consentimento dos governos necessário para a realização dos objetivos do sionismo.

Comentário: Em 1896, Theodor Herzl publicou o livro *O Estado judeu*, que se tornou o texto básico para a implantação de um lar nacional para os judeus espalhados pelo mundo. Herzl acreditava que a assimilação dos judeus pelos países que habitavam seria desejável – mas, devido ao antissemitismo, impossível. Apesar de citar várias regiões do mundo como possíveis locais para a implantação do Estado judeu, a Palestina acabou sendo escolhida por suas ressonâncias religiosas: era a “Terra Prometida” por Deus ao povo judeu.

DOCUMENTO 2

Declaração Balfour, Londres (Grã-Bretanha), novembro de 1917

Prezado Lord Rothschild:

Tenho muita satisfação em comunicar-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia com as aspirações dos judeus sionistas, que foi submetida e aprovada pelo Gabinete:

“O Governo de Sua Majestade vê com aprovação o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e fará todos os esforços para facilitar a obtenção de tal objetivo, ficando claramente expresso que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas na Palestina ou os direitos e *status* políticos dos judeus em qualquer outro país”.

Sinceramente, Arthur James Balfour

Comentário: A Declaração Balfour é considerada o documento fundamental para a causa da criação de um Estado judeu na Palestina, pois foi aprovada pelo governo britânico. A Grã-Bretanha, grande potência da época, estava envolvida na Primeira Guerra Mundial e precisava de todos os apoios para vencê-la. Registre-se: a declaração deixava claro que as comunidades não judaicas da Palestina não deveriam ter prejudicados seus direitos civis ou religiosos em função da criação de um “lar nacional judaico” na Palestina.



Vista de um assentamento ilegal israelense, a partir de Belém (na região da Cisjordânia, Palestina ocupada)

DOCUMENTO 3

Relatório da Comissão Peel, Londres, 1937

Manifestamente, o problema não poderá ser solucionado dando-se aos árabes ou judeus tudo o que eles querem. A resposta à questão “Qual deles irá, no fim, governar a Palestina?” deve ser, seguramente, “nenhum”. [...] “Meio filão é melhor que nenhum pão” é um típico provérbio inglês; e considerando a atitude que tanto os representantes árabes como os judeus adotaram perante a comissão, achamos improvável que cada parte se satisfaça com as propostas que submetemos para o ajuste de pendências. A partilha significa que ninguém terá tudo o que quer. [...] Porém, parece-nos possível que, após reflexão, ambas as partes reconheçam que as perdas da partilha serão compensadas por suas vantagens. Pois ela não oferece a nenhuma parte o que querem, porém a cada uma o que mais querem: liberdade e segurança.

Comentário: O Império Otomano, que tinha o controle sobre amplas áreas do Oriente Médio, inclusive a Palestina, saiu derrotado ao final da Primeira Guerra Mundial. Uma das consequências da derrota otomana foi a perda de grande parte dos territórios que estavam sob seu domínio. Parte desses territórios perdidos, inclusive a Palestina, passou para o controle britânico. Durante as décadas de 1920 e 1930, houve expressiva migração judaica para a Palestina, o que gerou conflitos entre os novos habitantes e a majoritária população árabe do mandato britânico.

O acirramento dos conflitos entre as duas comunidades levou o governo britânico a criar uma comissão para investigar os crescentes distúrbios. Chefiada por Lord Robert Peel, a comissão produziu um extenso relatório em que, de um lado, reafirmava os pontos pró-judaicos da Declaração Balfour e, de outro, reconhecia a justiça das pretensões dos árabes da Palestina por independência. Paradoxalmente, afirmava que as promessas britânicas feitas a árabes e judeus eram irreconciliáveis.

A comissão recomendava a divisão da Palestina em três áreas: um Estado judeu, um Estado árabe e uma região que continuaria sob tutela britânica, abrangendo cidades como Jerusalém, Belém e Ramalá. Esta foi a primeira versão oficial de uma divisão geográfica da Palestina em dois Estados.

DOCUMENTO 4

Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, novembro de 1967

O Conselho de Segurança, expressando sua preocupação com a grave situação do Oriente Médio, enfatiza a inadmissibilidade da aquisição do território pela guerra e a necessidade de trabalhar por uma paz justa e duradoura na qual cada Estado na região possa viver em segurança. [...] Afirma que a efetivação dos princípios da Carta (da ONU) requer o estabelecimento de uma paz justa e duradoura que inclua a aplicação dos dois seguintes princípios:

1. Evacuação das forças armadas israelenses dos territórios ocupados no recente conflito;
2. Encerramento de todas as reivindicações ou estados de beligerância e respeito pelo reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de cada Estado da região e de seu direito de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaças ou de atos de força.

Comentário: A Resolução 242 foi adotada poucos meses após a Guerra dos Seis Dias [veja o Mapa 3, à pág. 4]. Ela enfatizava pontos que foram parcialmente usados como argumentos por cada um dos lados em conflito. Assim, os palestinos defenderam que seu Estado deveria ser criado tendo como base as fronteiras anteriores a 1967. Na Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, critério não aceito pela Carta da ONU. Por outro lado, a ONU não cita nenhuma vez a possível criação de um Estado palestino. Os argumentos de Israel refletiram-se no item 2 da resolução. Como países árabes e grupos palestinos pregavam a destruição do Estado judeu, Israel alegava que sua integridade territorial e independência estavam ameaçadas.

O conflito em Israel/Palestina nunca esfria – mas, curiosamente, parece esquentar mais nos anos terminados em sete. Todos os documentos analisados surgiram em anos terminados em sete. Outros eventos importantes da Questão Palestina, também. São os casos da Assembleia Geral da ONU que definiu a partilha da Palestina (1947), a própria Guerra dos Seis Dias (1967), o início da Primeira Intifada (1987) e a chegada ao poder do grupo palestino Hamas na Faixa de Gaza (2007).

PUTIN VERTICALIZOU O PO

Vladimir Vladimirovich Putin tinha 47 anos e já era o chefe do FSB – o serviço de segurança e espionagem russo que substituiu a KGB soviética – quando, em 1999, o então presidente Boris Yeltsin o nomeou primeiro-ministro. Ele sentou-se numa cadeira que havia ejetado três ocupantes nos dois anos anteriores, todos remota ou diretamente vitimados pela crise na Chechênia, província de maioria islâmica, em luta armada pela independência e que permanecia incandescente depois de uma primeira guerra civil. Foi um conflito complicado, em que a preservação da unidade territorial da Rússia era desafiada por uma coligação de guerrilheiros apoiada pelo Afeganistão e com suporte discreto da Arábia Saudita.

Putin sabia que sua carreira dependia de uma solução definitiva para o problema checheno. Comandou, então, uma carnificina que, segundo estimativas mais alarmistas, pode ter provocado a morte de 25 mil civis e eliminado um terço dos homens adultos da pequena república rebelde. Por isso, entrou para a lista negra da Anistia Internacional e da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Ao mesmo tempo, no entanto, tornou-se “o homem certo no lugar certo”, dentro de uma Rússia em que as soluções autoritárias permearam o poder político desde a dinastia Romanov (1613-1917) até a ditadura comunista de Josef Stalin (1924-53).

O ano de 1999 na Rússia também foi marcado pela implosão do modelo econômico do presidente Yeltsin para a introdução do capitalismo – privatizações abruptas que colocaram a economia nas mãos de uma pequena oligarquia que antes operava o mercado negro, enquanto a antiga classe média mergulhava na pobreza. Yeltsin renunciou, em meio a uma desordem do mercado e uma maxidesvalorização da moeda, e Putin tornou-se presidente interino por um ano.

Elegeu-se em 2000 para a chefia do Estado, em eleições nas quais supostamente registraram-se os votos de mais de 1 milhão de mortos, com a mídia oficial favorecendo escandalosamente sua candidatura. Ocupou a Presidência até 2008 e, a seguir, a partir de 2012. No intervalo, foi primeiro-ministro de Dmitri Medvedev, que tem por ele uma relação pouco dissimulada de obediência política.

O chefe do Kremlin nos últimos 18 anos foi um burocrata pouco brilhante, mas muitíssimo esperto. Filho de um casal de operários da ferrovia estatal, alistou-se aos 16 anos na KGB de Leningrado (atual

A RÚSSIA É UM PAÍS EXTREMAMENTE FRACO, MAS PUTIN OPERA DESPERADAMENTE PARA FAZÊ-LO PARECER MUITO MAIS PODEROSO DO QUE É. ELE ESTÁ SE SAINDO MUITO BEM NA CRIAÇÃO DESSA ILUSÃO. SEGUNDO UM PROVÉRBIO, APARÊNCIA É REALIDADE. ESSE PROVÉRBIO NÃO VALE NADA. SE FOSSE VERDADEIRO [...], A ALEMANHA TERIA VENCIDO A BATALHA DA INGLATERRA E, PARA O QUE NOS INTERESSA, A UNIÃO SOVIÉTICA AINDA EXISTIRIA. APARÊNCIAS PODEM GANHAR TEMPO – E TEMPO, ÀS VEZES, MUDA A REALIDADE. MAS, MUITAS VEZES, TUDO O QUE A APARÊNCIA FAZ É ADIAR O INEVITÁVEL.

[GEORGE FRIEDMAN, “THE MYTH OF PUTIN”, *GEOPOLITICAL FUTURES*, 25 DE OUTUBRO DE 2016]



© Kremlin/Fotos Públicas

Portador de uma ideologia nacionalista e patriótica, Vladimir Putin sonha com a glória da “Grande Rússia”, cujo símbolo maior é o Kremlin (fortaleza), sede do poder, situada na Praça Vermelha, centro de Moscou



© Syugor Alzhal/Creative Commons

São Petersburgo), galgando vagarosamente a hierarquia até chegar a tenente-coronel e chefe do serviço de espionagem em Dresden, na então Alemanha Oriental. Assessor de um prefeito de São Petersburgo após a queda do Muro de Berlim, foi chamado a Moscou, entrou para a equipe de Yeltsin e subiu na hierarquia que rodeava o corrupto e alcoólatra presidente russo, a quem Putin anistiará ao assumir o poder.

No Ocidente, a imagem de Putin está francamente associada à prepotência autoritária, o que é, paradoxalmente, um atributo positivo para expressiva parcela da população russa, historicamente habituada à obediência a algum chefe que a convença de ter razão. A “razão” putinista teve, desde o início, um significado geopolítico preciso. Ex-superpotência nos tempos da Guerra Fria, Putin enxergava com profunda desconfiança o mapa do Leste Europeu, em que as novas democracias pós-comunismo flertavam abertamente com a União Europeia e com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), liderada pelos Estados Unidos. Ele se engajou na construção de um cordão de regimes condescendentes, interferindo além das fronteiras potencialmente hostis.

É a lógica que está por trás de sua intervenção na Ucrânia, “punida” por suas veleidades europeístas, pela anexação da Península da Crimeia. Para a comunidade internacional, um escândalo que gerou sanções econômicas ainda em vigor. Decorre dessa mesma postura o estímulo aos *hackers* e a montagem de operações de “guerra cibernética”, como a intervenção nas eleições americanas de 2016 para prejudicar a campanha da democrata Hillary Clinton. Ou então, no Oriente Médio, pelo apoio militar descarado à ditadura de Bashar al-Assad, que mudou os rumos da guerra civil na Síria [veja a matéria à pág. 7].

No plano interno, Putin soube, desde o início, que somente se fortaleceria caso beliscasse a corda sensível do generalizado empobrecimento que a transição ao capitalismo provocou na Rússia. Ele também se convenceu de que os chamados oligarcas, que haviam comprado o patrimônio estatal a preço de banana, atuavam segundo uma lógica própria e procuravam escapar dos tentáculos do governo. O “poder vertical” concebido por Putin precisava enquadrar essa gente.

Foi então que o presidente escolheu algumas vítimas emblemáticas, como Mikhail Khodorkovsky, ex-proprietário do grupo petrolífero Yukos, condenado

a oito anos de prisão por sonegação fiscal e mandado para a Sibéria. Ele está hoje exilado na Suíça. Ou então Boris Beresovskiy e Vladimir Gusinsky, “oligarcas” que se exilaram. Bem abaixo da esfera legal, os inimigos de Putin o acusam de truculência criminoso e de estar por trás dos assassinatos de dissidentes do regime, como a jornalista Anna Politkovskaia, em 2006, que havia descrito suas barbaridades na Chechênia.

Na mesma época do assassinato de Politkovskaia, morreu em Londres o ex-espião russo Alexander Litvinenko, três semanas depois de ser envenenado com substâncias radiativas, provavelmente administradas por um agente de Putin. É até possível, como argumenta o dissidente Eduard Limonov, na biografia escrita pelo escritor francês Emmanuel Carrère, que essas e uma dezena de outras mortes não devam ser atribuídas a Putin – pois, em todas elas, ele seria apenas o óbvio mordomo da história.

Tudo é possível. Mas o fato é que elas combinam com o estilo desse personagem que está entre os mais competentes e moralmente controversos desse início de século XXI.

João Batista Natali é jornalista ■

PODER E EXPANDIU A INFLUÊNCIA RUSSA

O PRESTIDIGITADOR DO KREMLIN

O prestidigitador é um ilusionista. A sua destreza, rapidez e habilidade com as mãos engana o público, produzindo percepções de uma realidade que não existe. No mundo do espetáculo, a prestidigitação requer apenas técnica. No da política, sempre exige uma dose de sorte. Vladimir Putin consolidou-se no poder, em boa medida, devido à sorte.

Os preços do petróleo e do gás iniciaram uma forte escalada durante o primeiro mandato de Putin na Presidência russa, entre 2000 e 2004, enquanto ele completava a sangrenta repressão contra os separatistas da Chechênia e subordinava ao Kremlin os “oligarcas”, grandes empresários nascidos das privatizações selvagens da década anterior. As rendas obtidas com as exportações de combustíveis estabilizaram a economia russa e propiciaram significativa redução da pobreza, especialmente no interior, onde se configurou a base social do “putinismo”.

A sorte econômica não sorriu apenas para Putin. Sob o impulso do ciclo global de alta dos preços de *commodities*, enraizaram-se no poder líderes como Recep Erdogan, na Turquia, Lula da Silva, no Brasil, Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, e Hugo Chávez, na Venezuela.

Uma diferença, crucial, é que Putin nutria o sonho de restauração do prestígio e da influência da “Grande Rússia”. Em 2005, num discurso marcante, referiu-se ao colapso da União Soviética, em 1991, como “a maior catástrofe geopolítica do século XX”, delineando a visão expansionista que orientava sua política externa [veja a matéria à **pág. 8**].

Putin foi reeleito com cerca de 70% dos votos. A essa altura, seu governo, constituído essencialmente por agentes dos órgãos de inteligência, já controlava estreitamente as instituições estatais, inclusive o Judiciário, que manipulava para atemorizar as oposições. O segundo mandato presidencial estendeu-se de 2004 a 2008. No seu início, o barril de petróleo valia US\$ 44 (a preços reais, ajustados pela inflação); em

junho de 2008, mais de US\$ 150. O autoritarismo putinista calava os veículos de imprensa independentes. A mídia dócil cercava o chefe do Kremlin de adulações.

Dmitri Medvedev, primeiro-ministro e protegido de Putin, venceu as eleições seguintes e presidiu a Rússia entre 2008 e 2012. Putin permaneceu exercendo o poder real, no cargo de primeiro-ministro. Logo no início do mandato de Medvedev, Putin ordenou a primeira intervenção militar russa no exterior desde o fim da União Soviética.

Diante de iniciativas da república caucasiana da Geórgia de retomar o controle sobre a região separatista da Ossétia do Sul, forças especiais russas asseguraram o triunfo dos separatistas – e, nesse passo, o Kremlin cortou pela raiz o sonho georgiano de ingressar na Otan. Moscou estava difundindo a mensagem de que não permitiria que a aliança militar ocidental estabelecesse uma cabeça de ponte na esfera de influência russa. A expressão “Exterior Próximo”, para indicar essa esfera de influência, sedimentou-se no vocabulário do governo russo.

Na Rússia de Putin, os recursos estatais originam-se, basicamente, de impostos sobre o setor petrolífero e sobre importações. Praticamente ninguém paga ou declara imposto de renda. A autonomia das finanças públicas em relação às rendas dos cidadãos tem um efeito político sedativo. De certa forma, anestesia a sociedade civil, relaxando a fiscalização sobre os governantes. Soma-se a isso uma longa tradição autoritária, estabelecida no tempo dos czares e reforçada no período soviético, e temos o solo no qual floresceu o regime putinista.

A base social de Putin não abrange a classe média e os jovens das grandes cidades. Entre 2011 e 2012, pipocaram protestos de massa, nas ruas de Moscou e de São Petersburgo, contra fraudes nas eleições legislativas e a corrupção generalizada no governo. Em novembro de 2013, iniciaram-se as manifestações multitudinárias na Ucrânia contra o governo pró-russo de Viktor Yanukovych, que seria derrubado em fevereiro do ano seguinte. A revolução ucraniana, impulsionada pelo desejo majoritário de aproximação com a União Europeia, acendeu um sinal vermelho de alerta no Kremlin. Putin teme, mais do que tudo, uma revolta popular contra seu regime. Sua resposta foi uma segunda intervenção militar no exterior: a anexação da Crimeia e o apoio de forças especiais aos separatistas do leste ucraniano.

Com a operação, o prestidigitador do Kremlin isolou as oposições russas com um cordão de fervor patriótico e deu uma demonstração de força na Europa. Mas, no fim das contas, a Ucrânia rompeu, em definitivo, a concha que a prendia a Moscou, acercando-se da União Europeia e da Otan. Na sequência do conflito ucraniano, a aviação e a marinha russas engajaram-se em jogos de intimidação militar com a Otan e seus aliados na área do Mar Báltico. Ao longo de 2014, o barril de petróleo desabou até as profundezas de US\$ 55. A queda prosseguiu e, em fevereiro de 2016, valia US\$ 32. A Rússia entrou em recessão.

Putin reagiu por meio de uma terceira intervenção militar no exterior. No final de setembro de 2015, aproveitando-se das vacilações do governo americano de Barack Obama, engajou sua força aérea na guerra civil síria. A Síria foi um sucesso, do ponto de vista geopolítico, pois os rumos da guerra inverteram-se, favorecendo o regime de Bashar al-Assad. Mas, lá também, Moscou não obteve uma vitória decisiva. As aventuras externas cobram um preço de longo prazo, que aumenta com o esforço de modernização militar ligado à nova corrida armamentista com a Otan. Sob diversos ângulos, a Rússia de Putin assemelha-se à União Soviética da década de 1970, uma época em que as aparências de poder ocultavam uma crise econômica terminal.

O desafio mais fundamental de Putin era transformar a economia russa, ampliando sua produtividade e diversificando-a, de modo a reduzir a dependência em relação ao setor de petróleo e gás. A tarefa nem começou a ser realizada. A Rússia é hoje como nos primeiros tempos do putinismo, refém das oscilações no mercado mundial de hidrocarbonetos. O prestidigitador segue exibindo seus truques. Suas agências de inteligência trabalham com *hackers* para interferir na cena eleitoral americana, enquanto o Kremlin estimula os partidos da direita xenófoba, a fim de provocar tumultos na União Europeia. Um dia, porém, cedo ou tarde, a realidade impõe-se sobre a ilusão.



© Syuqor Alizal/Flickr/Creative Commons

Em contraste com a arquitetura da era dos czares, os novos edifícios do centro empresarial de Moscou apontam para o futuro, projetando a Rússia como potência econômica eurasiática no século XXI

SOB O SIGNO DA “GRANDE RÚSSIA”

“Vou lembrar, mais uma vez, a história recente da Rússia. Acima de tudo, temos que reconhecer que o colapso da União Soviética foi uma das maiores catástrofes geopolíticas do século XX. Para a nação russa, ele se tornou um drama genuíno. Dezenas de milhões de nossos concidadãos e compatriotas se viram, repentinamente, vivendo fora do território russo. Mais ainda, a epidemia da desintegração afetou a própria Rússia. [...] Muitos pensaram, à época, que nossa jovem democracia não era a continuação do Estado russo, mas sim o seu colapso, a agonia prolongada do sistema soviético. Mas eles estavam errados. Precisamente nesse período, estavam se desenvolvendo forças significativas na Rússia. Nossa sociedade estava gerando não apenas a energia para sua autopreservação, mas também o poder para uma vida renovada e livre.”

O histórico discurso do presidente Vladimir Putin ao Parlamento russo, proferido em 25 de abril de 2005, fornece, ao mesmo tempo, uma visão sintética de como a Rússia enxergava a União Soviética, e quais perspectivas o Kremlin estabelece para o futuro geopolítico do país. Nos dois casos, o centro da questão é a projeção de poder da “Mãe Rússia” na “Grande Rússia”, uma entidade mítica que acompanhou a criação do próprio Estado russo e sua expansão no coração da Eurásia.

O Estado russo foi criado por Ivã IV, o Terrível (1530-84). Ivã foi grão-príncipe de Moscou até 1547, numa época em que a cidade era o mais importante principado russo entre os subordinados ao Império Mongol. A Rússia não existia, ainda, como um Estado centralizado e independente. Os atuais territórios da Rússia Europeia, Cazaquistão, Ucrânia, parte da Bielorrússia, norte do Uzbequistão, Sibéria Ocidental e uma parte da Romênia faziam parte de “canatos” que integravam a Horda de Ouro, uma das quatro grandes regiões administrativas que compunham o Império Mongol. Canato era um ente político, uma espécie de principado, governado por um *khan*, palavra que, em mongol, significa “líder tribal” ou “senhor de um território”.

O desmoronamento da Horda de Ouro abriu um período de guerras entre os principados russos que disputaram o controle dos fragmentos do Império Mongol, em particular o fértil e rico canato de Kazan, situado num território atualmente compreendido por Tartaristão, Chuváchia, Mari El, Mordóvia e partes da Udmúrtia e Basquíria. Ivã derrotou seu principal adversário, o principado da Ucrânia, dando início à formação do Império Russo, em 1547. Ao longo de 37 anos, conquistou, unificou e colocou sob seu poder absoluto uma área de mais de 4 milhões de quilômetros quadrados, do Kazan à Sibéria. Promoveu o início da “russificação” da região, com a imposição do uso do idioma russo, a construção de templos cristãos ortodoxos mesmo em áreas habitadas majoritariamente por muçulmanos e delegou poderes militares e administrativos a nobres russos que prestavam contas diretamente a Moscou.

Na própria Rússia, a imensa maioria da população – camponeses oriundos de dezenas de nacionalidades distintas, que trabalhavam em condição de servidão – nunca teve seus direitos reconhecidos pelo Estado, ao passo que a nobreza, proprietária de imensos latifúndios, vivia cercada por luxos indescritíveis. Último país europeu a abolir a servidão, em 1861, a Rússia se tornou sede de um império sem ter jamais se constituído como nação propriamente dita. Os czares que sucederam Ivã sustentaram a mesma política de “russificação”, alguns dando maior abertura a relações com a Europa, como Pedro

De Ivã, o Terrível, a Vladimir Putin, passando por Josef Stalin, pulsa a ambição de alargar geograficamente o poder da “Mãe Rússia”



I, o Grande, outros concentrando seus esforços na direção da Ásia Central. A “Grande Rússia” sempre foi vista como uma extensão “natural” da “Mãe Rússia” [veja o mapa].

A tomada do poder pelos bolcheviques, em 1917, não mudou substancialmente essa lógica, especialmente em relação aos povos islâmicos da Ásia Central. Em setembro de 1920, a Internacional Comunista, organização controlada por Lenin e Trotsky, promoveu o Congresso dos Povos do Oriente, em Baku (capital do Azerbaijão), do qual participaram 1.891 delegados de 25 países, incluindo Turquia, Egito, Índia, China, Japão e Coreia. A discussão concentrou-se no estímulo aos movimentos de libertação nacional, com a possibilidade de alianças com grupos democráticos não socialistas, incluindo os islâmicos. Mas os bolcheviques insistiram em manter controle sobre os governos que se instalaram na região contígua ao território russo. Poder bolchevique, ou soviético, tinha que ser sinônimo de poder russo.

Um exemplo ilustra essa lógica. Em 1920, o Partido Comunista do Irã (PCI) liderou uma revolta no país. Lenin enviou tropas para apoiar o PCI. Os bolcheviques poderiam ter mandado soldados muçulmanos, em respeito aos costumes iranianos e em reconhecimento ao fato de que 300 mil islâmicos combateram ao lado do Exército Vermelho durante a guerra civil na Rússia (1918-21). Mas enviaram tropas russas cristãs ortodoxas. O poder bolchevique não levava em consideração as aspirações das nacionalidades muçulmanas. Na União Soviética, os chechenos, um povo de maioria islâmica, tiveram seus direitos ainda mais reduzidos do que sob os czares.

A União Soviética, “império vermelho”, sucedeu o império dos czares. A ditadura instalada por Stalin, entre o final dos anos 1920 e 1953, elevou a “russificação” a um grau máximo. As 15 repúblicas que formavam a URSS, totalizando um território de 22,5 milhões de quilôme-

tros quadrados, eram controladas por um único partido (PCUS), cuja cúpula dirigente era majoritariamente formada por russos (apesar de, ironicamente, o próprio Stalin ser georgiano). O governo de cada uma das repúblicas era, formalmente, chefiado por alguém oriundo do próprio país, mas o verdadeiro poder era exercido pelo “vice” – necessariamente, um russo vinculado à polícia política (KGB). Stalin proibiu o funcionamento das mesquitas e aboliu o uso do idioma árabe. Expulsou milhões de cidadãos de seus locais de origem para, no lugar, instalar russos (muitos dos quais foram também forçados a emigrar).

Os descendentes da “russificação” promovida por Stalin formam os milhões de “compatriotas” que, segundo Putin, sentiram-se “repentinamente” privados de “seu” território, em dezembro de 1991. Para o presidente russo, portanto, até aquela data, os milhões de descendentes de russos espalhados pelas 14 repúblicas não russas soviéticas viviam em território russo. A União Soviética era vista como mera extensão da Rússia. Essa também é a visão de futuro sustentada por Putin: a “Mãe Rússia” deve recuperar o controle sobre a “Grande Rússia”.

Em 2007, Putin presidiu, em Dushanbe (Tajiquistão), a Reunião de Cúpula da Comissão Transnacional da Comunidade Econômica Euroasiática, cujo objetivo é a revitalização da antiga Comunidade de Estados Independentes (CEI), criada sobre os escombros do Estado soviético. Trata-se, novamente, de projetar o poder continental da “Mãe Rússia” sobre a vasta região da Eurásia que, historicamente, foi controlada pelos czares e depois pela própria União Soviética. Em 2008, Putin enviou tropas à Geórgia. E em 2014, Putin anexou a Crimeia, não reconhecendo a soberania da Ucrânia sobre o território.

Putin age motivado pelo mesmo impulso expansionista que levou Ivã aos confins da Sibéria. Mas Ivã não tinha mísseis balísticos intercontinentais.



diário de viagem

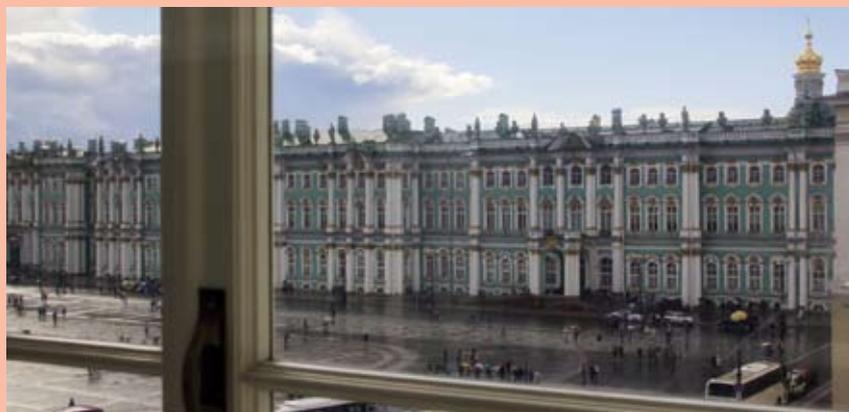
A Estação Finlândia, em São Petersburgo, nada tem de especial. É, na sua versão atual, uma estação ferroviária comum. Os únicos sinais de seu lugar na história encontram-se na imponente estátua de Lenin, fincada na praça à frente, e na locomotiva que impulsionou o trem no qual Lenin retornou à Rússia, em abril de 1917, para conclamar a tomada do poder pelos bolcheviques. A locomotiva, abrigada numa cápsula de vidro, na lateral das plataformas, quase não atrai visitantes, russos ou estrangeiros. Lenin está em baixa, na Rússia de hoje, assim como a Revolução de Outubro.

Visitei Moscou e São Petersburgo pela primeira vez em 1989, nos tempos da *perestroika* de Mikhail Gorbachev, o outono da União Soviética, e voltei em julho deste ano. No calendário, são 28 anos. De fato, é uma eternidade. Diante do Palácio de Inverno, tomado pelos bolcheviques na Revolução de Outubro e parte do Museu Hermitage, desde 1917, circulam figuras fantasiadas de Pedro I, o Grande, e Catarina II, a Grande, os mais icônicos czares russos. Turistas posam para fotos com eles – mas não está disponível nenhum Lenin ou Trotsky. A Rússia decidiu apagar o século XX, celebrando o XVIII e o XIX. No ano do centenário da Revolução Russa, lembrada no mundo todo, inexistem exposições ou seminários na Rússia.

Revoluções são, quase sempre, temas difíceis nas memórias nacionais. A França conta a história da Revolução Francesa em apenas dois atos: a queda da Bastilha e os feitos de Napoleão Bonaparte. A década de turbulências que separa um do outro e abrange o terror jacobino e o terror termidoriano foi quase eliminada das narrativas oficiais. A Rússia pós-comunista, que restaurou a antiga bandeira imperial, quer esquecer a Revolução, na sua totalidade. A única exceção confirma a regra. Uma pequena exposição, em Moscou, conta a Revolução como um deplorável engano, um erro histórico, finalmente corrigido pelo renascimento da “Grande Rússia”, sob Vladimir Putin.

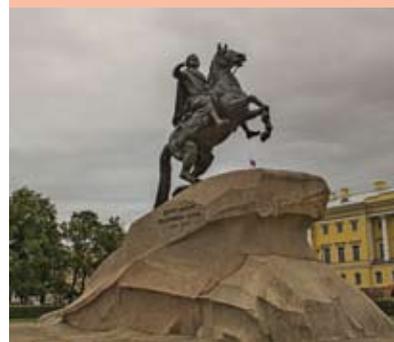
Há um fascínio generalizado pelos tempos gloriosos da aristocracia. O Café Pushkin, um restaurante de excelente comida em Moscou, foi inaugurado em 1999, numa mansão de estilo barroco, supostamente do século XIX, mas construída após a implosão da União Soviética, na década final do século XX. Na fachada,

A RÚSSIA QUE EU VI



© ESBarbosa/ToposPhotos

Fachada do Palácio de Inverno, em São Petersburgo. Erguido, na sua versão original, pelo czar Pedro, o Grande, serviu como residência oficial dos czares russos entre 1732 e 1917



O cavaleiro de bronze, estátua equestre do czar Pedro, o Grande, em São Petersburgo. O monumento foi encomendado por Catarina, a Grande, e inaugurado em 1782



Placa dedicada a Lenin, ao lado de loja da Valentino, em rua central de Moscou



Imagem de Lenin, o fundador da URSS, na Estação Baumanskaya do metrô de Moscou

encontram-se até mesmo meticulosas rachaduras, que funcionam como falsos atestados de esplendorosa antiguidade.

Nem tudo é passado. Nas praças e nas lojas, por todos os lugares, estão à venda camisetas com imagens diversas de Putin. É o festival do *kitsch* em estado puro: Putin sem camisa, Putin num rio, Putin a cavalo, Putin sorrindo. Não há liberdade de imprensa na Rússia? Mais ou menos: tolera-se toda e qualquer crítica, inclusive ao governo, com a condição de que não se toque na sacrossanta figura de Putin. O presidente, como os antigos czares, almeja a função de representar a nação: a unidade da Rússia.

Lenin está morto? O primeiro Lenin,

líder da Revolução de Outubro, cuja memória se dissolve na Estação Finlândia, morreu muito tempo atrás, pelas mãos de Stalin, que reinventou o fundador do Estado Soviético. A obra de reinvenção stalinista está registrada na Estação Baumanskaya do metrô de Moscou.

Lá, no saguão que conduz às plataformas, um mosaico celebrativo do “pai da pátria” traz três datas: 1905, 1917 e 1945. As duas primeiras, em posição secundária, assinalam o primeiro levante revolucionário e a Revolução Russa. A terceira assinala o triunfo na Segunda Guerra Mundial, batizada na Rússia como “Grande Guerra Patriótica”. O cadáver de Lenin foi em-

Demétrio Magnoli

Editor de *Mundo*

balsamado e colocado num mausoléu, na Praça Vermelha, em 1924. A referência a 1945, junto com os canhões de artilharia, converte o líder revolucionário em fundador de uma superpotência militar: a Pátria toma o lugar do Proletariado.

O segundo Lenin, criado por Stalin, viverá para sempre na memória petrificada dos monumentos, dos mosaicos, das placas comemorativas. Contudo, a Rússia de hoje, essa que eu vi, celebra o czarismo, numa ponta, e o deus do consumo, na outra. O Lenin de uma rua central de Moscou olha, um tanto contrariado, para a loja de roupas da grife Valentino. Adeus, Lenin.

A Praça Vermelha é limitada pela Catedral de São Basílio, pelo Museu Histórico do Estado, pelas muralhas do Kremlin e pelo GUM. O GUM, iniciais russas de Magazine Universal Principal, um *shopping center*, é uma bela edificação do final do século XIX, com fachada de 242 metros, que combina elementos da arquitetura medieval russa

com molduras de ferro e um teto de vidro no estilo das antigas estações ferroviárias. No GUM que eu vi em 1989, abrigavam-se lojas soviéticas deploráveis. O GUM que visitei agora tornou-se uma aglomeração de grifes globais luxuosas. A Rússia atual está representada ali – mas também na pequena igreja ortodoxa vizinha, que atesta o renascimento de um fervor religioso suprimido.

Praticamente ninguém falava inglês na União Soviética de 1989. Na Rússia que revi em julho, o inglês, ainda raro, dissemina-se entre os jovens. São Petersburgo fervilha no verão, época das “noites brancas”, quando nunca escurece inteiramente. Sob a claridade difusa da meia-noite, bandas improvisadas tocam rock em cada bar e multidões acompanham o espetáculo soberbo da abertura das pontes do Rio Neva. Peço informação a uma jovem russa, perguntando-lhe antes se ela fala inglês. “Sim, claro, todo mundo nessa cidade fala inglês”, replica orgulhosa.

O “todo mundo” dela abrange, obviamente, apenas seu círculo de conhecidos. Mas a resposta oferece pistas preciosas sobre a Rússia. Há uma outra Rússia, diferente do país oficial fascinado pelo século XIX e inclinado perante o poder autoritário de Putin. O futuro permanece aberto.

O REVOLUCIONÁRIO QUE VIROU MITO

Morto há 50 anos, na Bolívia, seu rosto estampa camisetas, suas frases são reproduzidas em cartazes e sua vida inspira filmes, mas poucos conhecem suas ideias

QUEM NÃO CONHECE ERNESTO CHE GUEVARA?

O jovem médico argentino asmático que, aos 25 anos, em 1953, abandonou tudo – emprego, carreira, família – para entregar-se de corpo e alma à revolução em Cuba virou tema de inúmeros livros, filmes (como *Diários de motocicleta*, de Walter Salles) e músicas. Sua face barbuda estampa camisetas e até biquínis, exibidos em passarelas de luxo. Algumas das frases mais famosas a ele atribuídas – “*Hasta la victoria, siempre!*” e “*Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás*” – ilustram cartazes e são citados em panfletos, em todo o mundo.

Uma foto sua, tirada pelo cubano Alberto Korda e divulgada pela revista *Paris Match* pouco antes de sua morte, tornou-se a segunda imagem mais difundida da era contemporânea, atrás apenas de uma de Jesus Cristo. A revista americana *Time* incluiu Che na sua lista das cem personalidades mais importantes do século XX. Cultuado como ídolo por militantes socialistas em todo planeta, é adorado como santo e mártir por uma parte da população camponesa de La Higuera (Bolívia), onde foi executado, em 9 de outubro de 1967. O guerrilheiro virou mito.

QUEM CONHECE ERNESTO CHE GUEVARA?

A resposta é bem mais complicada do que parece. Para além do ícone consagrado como *pop star*, Che foi, ao lado de Fidel Castro, um dos principais dirigentes da Revolução Cubana de 1959. Era portador de firmes convicções ideológicas e permaneceu, até o fim de sua vida, completamente devotado à perspectiva da revolução socialista. Após a tomada do poder, em Cuba, exerceu as funções de embaixador, presidente do Banco Nacional e ministro da Indústria. Chegou a ser condecorado pelo governo brasileiro [veja o boxe]. Era implacável no exercício de suas funções. Determinava com rigor a punição dos “inimigos da revolução” (incluindo o fuzilamento sumário) e criou os primeiros “campos de trabalho corretivo” (onde os prisioneiros eram forçados a produzir).

Mas Che tinha uma personalidade complexa, o que contribuiu para alimentar o mito e dificultar a compreensão de seu papel na revolução. Ele poderia ter permanecido confortavelmente instalado em algum cargo de poder em Cuba, mas preferiu retornar à guerrilha, em 1965, quando partiu para o Congo (África), liderando um grupo de cem cubanos “internacionalistas”. Ali, atuou como líder de um movimento que pretendia levar ao poder um governo chefiado por Laurent Kabila, contra as forças de Mobutu Sese Seko. A campanha foi um desastre, motivado pelo seu desconhecimento da região e dos costumes do povo, além de desavenças com Kabila.

Em vez de retornar a Havana, Che foi para a Bolívia, também com o objetivo de organizar um movimento revolucionário, como primeiro passo para unificar as lutas de todos os países da América Latina contra o imperialismo dos Estados Unidos. Mas, além de não conhecer o terreno (uma região pobre e quase desabitada, situada a sudoeste de Santa Cruz de la Sierra), Che não conseguiu conquistar a confiança dos camponeses locais, a maioria de origem

indígena – nem ele, nem ninguém de seu grupo falava o idioma dos nativos. Para piorar, o guerrilheiro não recebeu nenhum apoio do Partido Comunista Boliviano (PCB).

Naquelas condições, foi cercado e capturado em 8 de outubro de 1967 e morto no dia seguinte, na aldeia de La Higuera, pelo soldado Mario Terán, a mando do coronel Zenteno Anaya, que operava sob a “orientação” direta da CIA. Em 1997 seus restos mortais foram encontrados por pesquisadores numa vala comum, junto a outras ossadas, na cidade de Vallegrande, a cerca de 50 quilômetros de La Higuera. Os restos mortais

foram transferidos para Cuba e, em 17 de outubro, sepultados com honras de chefe de Estado.

As homenagens e louvações prestadas por Havana a Che não eliminam algumas questões espinhosas. Aparentemente, as “aventuras” do guerrilheiro no Congo e na Bolívia não foram apenas motivadas pelo seu espírito internacionalista, mas também por suas críticas à política adotada por Fidel Castro, de crescente aproximação e subordinação à União Soviética. Em vários discursos públicos, Che criticou duramente a burocracia soviética.

Seu afastamento de Havana, nesse caso, teria sido providencial para evitar uma ruptura na cúpula dirigente. Um forte indício de que havia mesmo um mal-estar foi o fato de que o PCB, controlado por Moscou, recusou-se a auxiliar o guerrilheiro.

Essa hipótese, caso algum dia se confirme, mostrará que Che foi devorado pela própria revolução que ajudou a criar. O que aumentará a força do mito.



© Franco Folini/Flickr/Creative Commons

Em 19 de agosto de 1961, o então presidente Jânio Quadros condecorou Ernesto Che Guevara com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais elevada distinção concedida pelo Brasil a um estrangeiro, provocando protestos por parte dos setores mais conservadores; apenas recentemente foram esclarecidas as razões de Jânio Quadros



© CPDOC/FGV

Um encontro inusitado com Jânio Quadros

Em 19 de agosto de 1961, o então presidente brasileiro Jânio Quadros foi protagonista de uma cena inusitada: condecorou Ernesto Che Guevara com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais elevada honraria concedida pelo Brasil a um chefe de Estado estrangeiro. Como explicar a atitude de Jânio, um político conservador, notabilizado no cargo, entre outras medidas, pela proibição do uso de biquínis e a promoção de lutas de galo?

A homenagem foi resultado de uma articulação promovida pela Igreja Católica. Em junho de 1961, o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Afonso Arinos, recebeu um pedido do Vaticano no sentido de interceder junto ao regime cubano para acabar com a perseguição e prisão de bispos, padres e religiosos. A Igreja estava também preocupada com a perspectiva da “captura” de Cuba pela União Soviética.

A condecoração, dada durante a passagem de Che pelo Brasil, após a participação numa conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Montevidéu, foi decidida pelo governo brasileiro como um gesto diplomático de aproximação, com o objetivo de influenciar as decisões de Havana. Jânio Quadros também queria “vender” a imagem de um estadista que praticava uma política externa independente, em plena Guerra Fria.

O guerrilheiro voltou contente para Havana. Uma semana depois, Jânio renunciou ao cargo, abrindo uma crise política de grande envergadura no Brasil.

UM PAÍS EM PÉ DE GUERRA

Cláudio Camargo
Especial para *Mundo*

Isolado internacionalmente e acuado internamente, Maduro instala uma ditadura e militariza a vida política. A Venezuela aproxima-se do precipício da guerra civil

Numa aula, proferida em 1976 no Collège de France, o filósofo francês Michel Foucault inverteu o sentido da formulação do teórico militar prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831), de que “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Na verdade, Foucault afirmou que quem inverteu a fórmula fora Clausewitz: “Eu creio que o princípio segundo o qual a política é a guerra continuada por outros meios era um princípio bem anterior a Clausewitz, que simplesmente o inverteu.”

É evidente que este postulado, que o próprio Foucault descartaria posteriormente, não consegue dar conta da complexidade da vida política da maioria dos países democráticos. Mas ele serve como uma luva em países conflagrados como a Venezuela, mergulhada na mais grave crise econômica, social e política da sua história e à beira de uma guerra civil.

No caso do país vizinho, dois episódios em agosto reforçaram a percepção de militarização da política. No primeiro, um ex-capitão da Guarda Nacional, Juan Caguaripano, comandando 20 militares, tentou tomar o quartel de Paramacay, a mais importante base de blindados do país. A tentativa, uma imitação da desastrosa quartelada de Hugo Chávez em 1992, fracassou como aquela, mas alimentou rumores sobre divisões na Força Armada Nacional Bolivariana (FANB), hoje um dos principais sustentáculos do chavismo.

Dias depois, o presidente Nicolás Maduro ordenou a realização de exercícios militares em resposta às declarações do presidente americano, Donald Trump, de que não descartava uma ação militar dos Estados Unidos na Venezuela: “Estamos em todo o mundo e temos tropas em todo o mundo, em lugares que estão muito longe. A Venezuela não está tão longe”, ameaçou Trump, dando uma mãozinha involuntária ao regime de Maduro.

O endurecimento do chavismo teve início há tempos, com o governo prendendo e condenando os principais líderes da oposição, como Leopoldo López e Antonio Ledezma. Mas a marcha batida para a ditadura começou em 2016, depois que as oposições agrupadas na Mesa da Unidade Democrática (MUD) conquistaram dois terços da Assembleia Nacional, derrotando o chavismo pela primeira vez e obtendo maioria qualificada para mudar a Constituição e vetar leis do Executivo.

Já em agosto daquele ano, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), dominado por chavistas, declarou o Legislativo em “desacato” e anulou todas as suas decisões. A oposição começou então a recolher assinaturas para a realização de um referendo revogatório – mecanismo previsto na Constituição chavista de 1999. Foram coletadas assinaturas suficientes para a realização de um plebiscito sobre o encurtamento do mandato de Maduro, mas em outubro o TSJ declarou a existência de fraude no recolhimento de firmas e o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) suspendeu o processo. E o CNE vem adiando a realização de eleições de governadores, que poderiam dar maioria às oposições nos departamentos (estados).

Pressionado pelo crescimento dos protestos de rua e pelo aprofundamento da crise, Maduro desfechou então o golpe decisivo, ao anunciar a convocação de uma Assembleia Constituinte para neutralizar de vez os poderes do Parlamento dominado pelo MUD. A “Constituinte comunal e popular” de Maduro não seria eleita por sufrágio universal, mas por um sistema setorial que garantiria seu controle pelo chavismo. As eleições, boicotadas pelas oposições, ocorreram em 30 de julho. Segundo o governo, 8 milhões de venezuelanos (41% dos eleitores) participaram do pleito, mas o MUD diz que foram apenas 2,5 milhões (12% do total). Instalada, a Constituinte chavista destituiu a procuradora-geral Luisa Ortega Díaz e montou uma comissão “revolucionária” para investigar os opositores envolvidos nos protestos contra o governo, que já deixaram mais de 80 mortes em 2017.

A Venezuela foi suspensa do Mercosul e está na mira da Organização dos Estados Americanos (OEA). Isolado internacionalmente e acuado internamente, Maduro vem solapando as instituições democráticas e se apoiando vez mais nas Forças Armadas. Cevados pelo chavismo, os militares também estão sendo adulados pelas oposições. O presidente da Assembleia Nacional, Julio Borges, pediu que os generais retirassem o apoio a Maduro. Tudo indica que essa mensagem buscou garantir aos generais que, na hipótese de queda do governo, não haverá “caça às bruxas” nas Forças Armadas.

A memória da tentativa frustrada de golpe contra Chávez, em 2002, complica o cenário. A quartelada de 15 anos atrás levou o regime a criar milícias paramilitares e, ao mesmo tempo, a reforçar seus laços com as Forças Armadas. “Chávez introduziu os militares no poder como fórmula de governo, mas, sem dúvida, foi depois de sua morte que se formou uma coabitação muito maior entre políticos e militares, pelas concessões que Maduro fez aos últimos”, explica a analista Rocío San Miguel. “O governo tem características de governo militar. Há uma militarização da sociedade; todos os elementos diários do cotidiano estão dirigidos pelas Forças Armadas: os alimentos, a circulação, os metrô, as farmácias”, detalha ela. Além disso, 11 dos 32 ministros são militares e 11 dos 23 governadores são oficiais da reserva. Os fardados também estão presentes na Zona Econômica Militar Socialista, um complexo industrial implantado em 2013 para reanimar a economia. Oito empresas são propriedade da FANB.

“Em tempos de guerra, a primeira vítima é a verdade.” A frase, atribuída ao jornalista americano Boake Carter, tem sido frequentemente lembrada para denunciar o uso sistemático da mentira em conflitos bélicos. É o que está acontecendo na Venezuela, só que em tempos de “paz”. “Na Venezuela há escassez de leite, café, arroz, mas o mais escasso é a verdade”, disse Luis Vicente León, diretor do Instituto Datañalises, um dos mais importantes do país. “Somos um país onde nunca se sabe o que é verdade, nem nos meios de comunicação, nem nos discursos, nem nos debates, nem nas entrevistas. O tema da verdade foi perdido completamente como um valor na Venezuela. Há uma guerra de pinóquios. Então, tomar posições ou decisões se converte em uma coisa muito difícil. E, quando se está no clímax da polarização, a verdade é vista como uma traição”, conclui.



Em Caracas, manifestações diárias, favoráveis e contrárias ao governo Maduro, são o sintoma mais visível de um país dividido, economicamente paralisado e politicamente imerso no caos



Cláudio Camargo é jornalista e sociólogo

